

A DÉCADA DE 1920 E SUAS CRISES

NÍCIA VILELA LUZ

A década de vinte tem importância fundamental para se compreender a história mais recente do Brasil. Época pré-revolucionária, que já anuncia a desintegração da Primeira República, apresentou-se particularmente agitada no campo político, com as revoluções tenentistas de 1922 e 1924 e as várias revoltas no Rio Grande do Sul, para nos limitarmos às mais importantes. Insurreições e pequenos levantes irrompiam, porém, por vários cantos do País. O próprio setor literário inflamava-se com o chamado Movimento Modernista. São aliás êstes dois aspectos, o político e o literário, que têm chamado a atenção de nossos estudiosos e merecido maior número de obras.

Uma análise global do período ainda não foi tentada e pouco estudada tem sido a inquietação social dêsses anos, assim como a crise econômica que a gerou. Fala-se muito vagamente do crescimento dos setores médios da população urbana como fator dessa inquietação político-social e procura-se opor êsses elementos urbanos em expansão ao setor agrário que constituía até então a viga mestra da sociedade brasileira. Está, porém, ausente da historiografia da época um estudo mais minucioso, mais preciso dessas transformações sociais e de suas repercussões na vida do País.

Não é o intuito dêsse artigo preencher essa lacuna. Resultado antes de questões levantadas em classe, do que de pesquisas mais aprofundadas, seu objetivo é apenas chamar a atenção para certos problemas e particularmente para a necessidade de uma abordagem global do período. Procuraremos, pois, relacionar aspectos da crise brasileira dos anos vinte, crise que se desenvolveu em três níveis: o econômico, o político-social e o intelectual.

Quando se aborda o período procura-se, como já afirmamos, explicar a inquietação político-social pela insatisfação dos setores médios da população

urbana, descontentes com as instituições de uma república dominada pela oligarquia rural. É inegável essa insatisfação. Mas, ao procurar explicá-la por uma simples oposição entre o elemento agrário e o urbano, por um suposto conflito entre a burguesia e a oligarquia rural dominante, parece-nos uma excessiva simplificação dos fatos.

Não se menciona ou dá-se muito pouca atenção à crise econômica que marca a segunda metade da década de vinte, crise que atinge particularmente o setor industrial e que portanto vai afetar principalmente a população urbana. Provavelmente a magnitude do desastre representado pelo craque mundial de 1929 tenha obscurecido nossas dificuldades econômicas nos anos precedentes, quando um analista mais atento já podia vislumbrar toda a fragilidade de nossa economia sustentada por um único produto exportável e na dependência, a mais estrita, de mercados estrangeiros.

Graças à expansão do mercado interno, desenvolviam-se lenta e penosamente nossas atividades industriais e com ela intensificava-se a urbanização do País (1). As dificuldades financeiras da Primeira República (2) vieram dar às nossas manufaturas certa proteção que uma pauta alfandegária essencialmente fiscal era incapaz de oferecer.

Segundo Stanley J. Stein (3) a idade de ouro de nossa indústria situa-se no período de 1900 a 1930. Vários fatores o explicam, mas indubitavelmente o maior impulso foi dado pela Primeira Guerra Mundial que, se à princípio provocou certo mal-estar, logo em seguida acelerou nosso desenvolvimento industrial, pois, fechados os mercados exportadores europeus, nosso mercado interno voltou-se para a indústria nacional.

Muito contribuiu também para o desenvolvimento industrial dessa época o auxílio financeiro do Estado. Sob pressão dos setores industriais e comerciais, o governo federal dispôs-se a fazer uma emissão de 250 mil contos em agosto de 1914 e mais 250 mil um ano após (4). Constituíram essas emissões pouco menos de 50% do papel inconvertível em circulação em 1918 (4). Vê-se, pois, que o setor agrário não era o único a merecer o apoio desse governo supostamente constituído pela oligarquia rural.

(1) Infelizmente não existem dados que nos indiquem o grau de urbanização alcançado pelo Brasil durante as primeiras décadas republicanas, pois os recenseamentos existentes não distinguem as populações urbanas das rurais. Considerando, porém, as duas principais capitais — Rio de Janeiro e São Paulo, onde o elemento rural é desprezível e onde se processou a maior industrialização, na época estudada — verificamos as seguintes percentagens apresentadas pelos respectivos municípios, sobre o conjunto da população total do País:

	1890	1900	1920
Rio de Janeiro	3,65%	3,99%	4,23%
S. Paulo	0,45%	1,38%	2,11%

(2) Ver Nícia Villela Luz, *A Luta pela Industrialização do Brasil*, S. Paulo, Difusão Européia do Livro, 1961, pp. 118-119, 130-131.

(3) Stanley J. Stein, *The Brazilian Cotton Manufacture. Textile Enterprise in an Underdeveloped Area, 1850-1950*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1957, p. 98.

(4) *Ibid.*, p. 106.

O término da Primeira Guerra Mundial traria mudanças sensíveis em nossa economia, sendo particularmente atingido o setor industrial. Mas apesar dos prenúncios desfavoráveis, este setor continuou a expandir-se. Se considerarmos a indústria têxtil, por exemplo, que em valor de produção era a segunda do País (5), verificamos que apresentava, em 1920, 242 estabelecimentos, e que entre 1921 e 1927 ergueram-se mais 112 fábricas, enquanto o número de fusos aumentava 59%, o de teares 33% e o valor da produção 120% (6).

Procurando adequar-se a nova conjuntura de após-guerra, nossas indústrias, que antes localizavam-se nos grandes centros urbanos como S. Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Juiz de Fora e Recife, procuraram então áreas rurais ou pequenas cidades onde as taxas municipais eram mais baixas e onde poderiam melhor utilizar o trabalho de menores e mulheres (7).

Segundo Stanley J. Stein (8) é a época da formação das grandes fortunas na indústria brasileira, a ponto de despertar os ciúmes da velha oligarquia rural. Começam, com efeito, a substituir os fazendeiros na preferência do governo, quanto à dispensa de favores, e dos estabelecimentos bancários, quanto a financiamentos.

A influência das indústrias exerceu-se principalmente através do Centro Industrial do Brasil constituído em 1904 pela fusão do Centro Industrial de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro e da antiga Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional que datava da época imperial. O novo Centro Industrial muito se beneficiou com a ação dinâmica de seu presidente Jorge Street que conferiu à entidade grande prestígio e força. Mais tarde, Street muda-se para São Paulo onde se torna presidente do Centro Industrial de Fiação e Tecelagem.

Além de Street outros líderes prestigiosos da indústria no Brasil foram: Seabra, do Centro Industrial de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro, Oliveira Passos, presidente do Centro Industrial do Brasil, Galiez e Pupo Nogueira, respectivamente secretário geral das associações de Indústrias Têxteis do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Os centros industriais multiplicaram-se pelos Estados durante a década de vinte, revelando o poder crescente do setor. Os de São Paulo, mobilizavam consideráveis fundos para o Partido Republicano de São Paulo, fundos mais consideráveis do que os arrecadados pela tradicional Sociedade Rural (9).

(5) Wener Baer, *Industrialization and Economic Development in Brazil*, Homewood, Illinois, Richard D. Irwin, Inc., 1965, p. 269.

(6) Stanley J. Stein, *op. cit.*, p. 110-11.

(7) *Ibid.*, p. 111.

(8) *Ibid.*

(9) *Ibid.*, p. 125.

Afirmava-se, pois, a indústria como vigoroso grupo econômico cuja influência política já se fazia sentir. Em 1927, Afonso Vizeu, atacadista de tecidos e acionista da América Fabril referia-se a esta empresa particular como se fizesse parte do patrimônio nacional. E Epiácio Pessoa que de início confessara-se adversário da indústria, acabou revelando-se seu amigo e colaborador. Enquanto os presidentes subseqüentes, Arthur Bernardes e Washington Luís já admitiam a indústria como potência a ser levada em conta.

Não é, pois, de se estranhar os ciúmes da classe rural ao perceber que começava a ser preterida e que, em reação, passou a acusar nossa indústria de estar dominada por estrangeiros, pelo fato da maioria de seus líderes, embora brasileiros e alguns de várias gerações como Street, possuírem nomes estrangeiros.

Pode-se aquilatar justamente o poder da classe industrial por ocasião da crise que irrompeu em meados da década. Já em 1924, a situação econômica do País inquietava. O custo de vida subira a nível tal (10) a ponto de contrair o poder aquisitivo da população. Foram canceladas várias encomendas feitas às fábricas, em vista da retração do consumidor. À essa retração acrescentou-se outra, a do crédito, enquanto, de outro lado, nosso mercado era invadido por manufaturas estrangeiras.

Nossa tarifa, desatualizada, já não oferecia proteção à invasão dos produtos estrangeiros. O que ainda dificultava, até certo ponto, a importação era o valor baixo de nossa moeda. Mas, em 1925, tivemos uma ligeira elevação cambial (11), suficiente, porém, para lançar o pânico entre nossos industriais. A concorrência estrangeira tornou particularmente precária a situação das indústrias têxteis de algodão e lã. Entre 1922 e 1926 duplicou-se a importação de tecidos de algodão, no Brasil. Em São Paulo, quadruplicou-se a entrada desta mercadoria pelo porto de Santos (12).

Oliveira Passos, presidente do Centro Industrial do Brasil, pleiteia em nome da indústria nacional uma série de medidas: maiores facilidades de crédito pelo Banco do Brasil, estabilização da taxa cambial e elevação das tarifas aduaneiras para o algodão e lã. Alguns órgãos de imprensa chegam mesmo a conclamar a proibição da entrada de tecidos e fios estrangeiros.

(10) O *Jornal do Comércio*, citando o *Economical Data About Brazil (1910-1928)* dá os seguintes índices para o custo de vida no Rio de Janeiro, na década de vinte, tomando como base o ano de 1912 (índice 100):

Anos	Gêneros Alimentícios	Combustível	Vestuário	Aluguel
1920	170	208	200	150
1924	244	222	240	250
1928	245	195	320	305

(11) Anos Máxima Mínima
 1924 6 15/16d. 5d.
 1925 7 5/8d. 4 7/8d.

(12) Stanley J. Stein, *op. cit.*, p. 122.

Contra maior proteção alfandegária levantam-se a lavoura e os consumidores urbanos. Representantes do Distrito Federal já colocavam a questão em termos de conflito entre ricos e pobres, entre o capital e o trabalho (13). Daí para um ataque aberto ao regime capitalista bastava um passo.

Se os industriais não conseguiram uma pauta alfandegária mais protecionista, chegou-se, entretanto, à solução que conciliava os interesses das classes rural e industrial, embora sacrificando os consumidores urbanos, isto é, adotava-se a estabilização do câmbio a nível baixo. Reeditava-se a política monetária de Afonso Pena e sua Caixa de Conversão. Em 1926, Washington Luís criou a Caixa de Estabilização, fixando o câmbio a 6 dinheiros por mil réis. A indústria têxtil de algodão, contudo, mereceu mais do que isto, pois conseguiu, depois de violenta campanha em 1928 contra o *dumping* dos tecidos ingleses, elevação das taxas alfandegárias para a sua classe (14). Logo, porém, irrompe a crise de 1929 e a seguir a Revolução de 1930, acontecimentos que vêm transformar os dados do problema.

A alta do custo de vida nos anos vinte contribuiu para a inquietação social já provocada por transformações na estrutura da sociedade brasileira. Esta inquietação, aliada ao descontentamento em face à corrupção e métodos políticos da Primeira República, vão levar à revolta aberta os setores militares mais jovens. Surge o Movimento Tenentista que parece incorporar e de certo modo será o porta-voz da insatisfação da classe média urbana (15).

Pode-se traçar as origens do movimento em 1910, por ocasião da eleição de Hermes da Fonseca, data que, para Sérgio Buarque de Holanda, representa também o início da crise da idéia liberal, no Brasil. Profundas divergências acabaram separando os dois grupos que se haviam aliado para eleger Hermes: O de certa facção oligarca chefiada por Pinheiro Machado e o dos militares.

Irritados com esta constante da política brasileira que é a escolha e imposição dos candidatos pela cúpula, pretendiam os militares restaurar a pureza do regime republicano e representativo conspurcado, segundo eles, pelas oligarquias dominantes. Iniciaram pois as célebres intervenções "salvadoras" destinadas a derrubar as oligarquias reinantes em diversos Esta-

(13) Ver Nicla Villela Luz, *op. cit.*, p. 154.

(14) *Ibid.*, p. 194.

(15) Difícil será dizer até que ponto esta afirmação é válida. Não existe estudo adequado do movimento tenentista e só uma análise mais aprofundada, que este artigo não pretende ser, poderá esclarecer devidamente as conexões entre o movimento tenentista e o descontentamento dos setores médios urbanos. Pelo menos, nos anos vinte, quando os jovens militares defendem um programa liberal parece haver uma concordância entre os dois setores, como mostra John D. Wirth, «Tenentismo in the Brazilian Revolution of 1930», *Hispanic American Historical Review*, v. 44, n.º 2 (maio, 1964), p. 166. Segundo Edgard Carone, in *Revoluções do Brasil Contemporâneo*, S. Paulo, 1965, «Coleção Burity», São Paulo Editora, p. 66, a burguesia paulista recusou-se a apoiar a revolução de 1924, embora Isidoro tivesse procurado seu apoio.

dos. Só escaparam São Paulo, graças à sua organização partidária mais disciplinada e à habilidade de seus políticos, e o Rio Grande do Sul em razão da força e prestígio de Pinheiro Machado.

Evidentemente, só conseguiram substituir uma facção oligárquica por outra, mas a idéia de salvação e regeneração permaneceu. Os tenentes irão herdá-la e como os militares de Hermes irão pretender reformar e regenerar a nação e seu regime republicano. Não manifestam ainda, na década de vinte, o radicalismo que revelarão em 1930. Seu programa é o mesmo programa liberal defendido pelos setores médios urbanos: eleições livres, voto secreto, administração honesta, etc. Significativos são seus ataques à dominação política da oligarquia rural e ao latifúndio, base da sustentação desta oligarquia.

Não souberam, entretanto, formular um programa consistente, nem uma ideologia coerente. Como observa John D. Wirth (16), em suas idéias podem-se discernir germens do corporativismo e um certo radicalismo facista que se confundem com um vago socialismo. Os mais autenticamente brasileiros, quando no poder, depois da revolução de 1930, procurarão conciliar a realidade nacional e o idealismo inicial que os impulsionara. Terminarão, pois, adotando uma política de compromissos. Revelaram mais uma vez esse pragmatismo improvisador que Cruz Costa encontra caracterizando o brasileiro (17). Mas nos anos vinte não se afastaram do programa liberal e suas intenções limitaram-se a regenerar as instituições representativas da República.

John D. Wirth (18) estranha a importância do papel desempenhado pelos tenentes em 1930. A freqüente recorrência, na vida brasileira, dos ideais de regeneração que defendiam está, ao contrário, indicando a persistência de certas forças cuja elucidação parece-me importante para o conhecimento de nossa sociedade. Do mesmo modo que me parece fundamental focar, no pensamento brasileiro, uma corrente de tendências tradicionalistas, mas ao mesmo tempo reformistas, que também se preocupa em "regenerar".

Se as revoluções da década de vinte foram, do ponto de vista político, os acontecimentos mais espetaculares, no plano intelectual surgiu com alarde o chamado Movimento Modernista, pretendendo revolucionar e inovar no setor das letras e artes plásticas. De origem exógena, não deixou, entretanto, de refletir a inquietação intelectual da época, suas preocupações nacionalistas e de modernização da arcaica estrutura rural do País.

Apesar de representar provavelmente as forças mais dinâmicas da sociedade brasileira (observe-se que surge com maior intensidade na região

(16) John D. Wirth, *op. cit.*, p. 167.

(17) João Cruz Costa, *Contribuição à História das Idéias no Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1956, p. 394.

(18) John D. Wirth, *op. cit.*, p. 178.

mais modernizada do País, isto é São Paulo), parece-me, entretanto, que constituiu um fato mais espetacular que profundo, no sentido em que não ultrapassou a área cosmopolita da nação, nem o meio da alta burguesia, particularmente de São Paulo, além dos círculos pròpriamente literários e artísticos. O Brasil arcaico e tradicional permanecia em seu imobilismo, pouco afetado pelo desvario modernista.

Mais significativas e no entanto menos estudadas e comentadas são as preocupações que revela certa corrente de nosso pensamento social e que podem ser conhecidas através de uma coleção de ensaios reunidos sob o título — *A Margem da História da República (Ideais, crenças e afirmações)*, e publicada em 1924 (19). Mais significativas me parecem por estarem mais dentro de uma linha tradicional do pensamento brasileiro e de uma linha que teima em persistir apesar de tôdas as mudanças sofridas pelo País.

Os autores, discípulos de Alberto Tôrres, dêle herdaram o nacionalismo e a preocupação com o que denominam “a organização nacional”. A república não modificara, segundo êles, o estado social vigente no império, isto é, não nos transformou num povo, numa nação. Continuamos, conforme a expressão de Gilberto Amado, sendo uma “gens complexa, pouco produtiva, entregue a sua própria miséria” (20). Ou como diz Licínio Cardoso — “Falta-nos coesão, densidade social; faltam-nos peças de ligação imprescindíveis, tecidos sociais econômicos fundamentais; faltam-nos, em suma, órgãos aparelhadores que nos pudessem facilitar e garantir a unidade nacional...” (21).

Para transformar o Brasil em uma nação e êsses elementos díspares num povo, cumpria, segundo essa corrente, organizar, isto é, integrar e assimilar. Integração geográfica pela expansão das vias de comunicação e pelo povoamento dos espaços vazios. Integração étnica através da educação e elevação cultural.

A importância que davam à educação como veículo de integração não resultava apenas do fato de sermos constituídos por raças diversas, mas também de nossa realidade política. A república, segundo Carneiro Leão, representara um nivelamento social do qual resultara o arrivismo, a corrupção. “O expurgo”, continua êle, “tinha de ser demorado e doloroso. Daí que se começasse a efetuar, pelas imposições nacionais, pela melhora dos costumes, pela cultura, uma seleção conveniente decorreria muito tempo. O caldeamento, aliás, ainda não está feito” (22). Em decorrência dessa idéias, preconiza para o Brasil um sistema educacional que unifique, como

(19) Rio de Janeiro, Edição do Anuário do Brasil (1924).

(20) Gilberto Amado, «As Instituições Políticas e o Meio Social no Brasil», in *A Margem da História a República*, op. cit., p. 72.

(21) Vicente Licínio Cardoso, «A Margem da República», *Ibid.*, p. 336.

(22) A. Carneiro Leão, «Os Deveres das novas Gerações brasileiras», *Ibid.*, p. 21.

o da Alemanha, condenando, em conseqüência, o sistema educacional diversificado dos Estados Unidos (23).

Como bons discípulos de Alberto Tórres, são nacionalistas, mas fazem questão de salientar que não defendem um nacionalismo estreito, xenófobo e sim uma posição mais voltada para a realidade nacional. Condenando a mentalidade "sonhadora" dos nossos políticos "históricos", escreve Oliveira Viana — "Já não nos podemos inspirar mais nestes princípios abstratos, nem nos constringir dentro das estreitezias desse unilateralismo doutrinário. O nosso futuro legislador constituinte tem que possuir uma mentalidade mais ampla e mais iluminada, uma inteligência mais realística e objetiva, uma consciência mais humana (grifo do autor) da relatividade dos sistemas políticos. E, sobretudo, um conhecimento mais perfeito e completo da nossa realidade nacional, das nossas idiosincrasias, das nossa falhas, das nossa insuficiências, da nossa condição de povo em formação" (24).

São contra o imperialismo, seja europeu, *yankee* ou mesmo asiático, o que denota provávelmente certa tendência racista.

Esta tendência talvez esteja também presente na ênfase que dão à tradição ibérica. José Antônio Nogueira, por exemplo, repudia o que denomina "orientação nacionalista" de Silvío Romero e seu grupo, segundo o qual "o legítimo representante do nosso povo será o mestiço, o luso-índio-negroide, quando não antropológicamente assim constituído, ao menos moral ou psiquicamente" (25). Dá preferência à orientação de outro grupo que também considera nacionalista, mas "mais progressista e não menos zeloso da grandeza e da integridade da pátria". Conforme este segundo grupo "o Brasil representa, acima de tudo, um prolongamento da civilização ibérica, apenas *modificada* (grifo do autor) pelo trabalho sociogênico de redução indireta do africano e do aborígine, isto é, por meio da transitória mestiçagem" (26).

Esse iberismo os leva naturalmente a pregar uma aproximação com a América Espanhola. "As novas gerações do nosso país", diz Ronald de Carvalho, "devem pôr todo o seu empenho no fecundo trabalho de aproximação entre os povos latino-americanos. Confinados em nossas fronteiras, só temos olhos para ver a insidiosa Europa. Sofremos de um particularismo nefasto" (27).

Pensamento tradicionalista e conservador, defende a atuação de uma elite de "diretores mentais". "A ação política", escreve Gilberto Amado, "não pode deixar de exercer-se senão através de homens bem intencionados

(23) *Ibid.*, p. 23.

(24) Oliveira Viana, «O Idealismo da Constituição», *Ibid.*, p. 160.

(25) José Antônio Nogueira, «O Ideal brasileiro desenvolvido na República», *Ibid.*, p. 94.

(26) *Ibid.*

(27) Ronald de Carvalho, «Bases da Nacionalidade Brasileira», *Ibid.*, p. 221.

que possam suprir pela própria energia construtiva, atividade e patriotismo — no sentido do desinteresse pessoal e da capacidade de resistência às agitações improficuas — as insuficiências de uma população ainda incapaz de exercer os seus direitos políticos e cumprir, como responsável pelos próprios destinos, os deveres cívicos que lhe incumbem" (28).

Essa elite deve estar, porém, voltada para as "realidades práticas" do País; "que saibam menos discutir questões "jurídicas" e mais questões "políticas, que mostrem menos erudição de constitucionalistas americanos e mais conhecimento das realidades práticas do Brasil" (29). Revelam, como os positivistas, uma posição crítica em relação ao bacharelismo que dominara a vida brasileira durante o império e cuja influência persiste sob a república.

Reconhecem a ação democratizadora dessa. Mais uma razão, porém, para se dar ênfase à educação. Com a república, elementos incultos foram incorporados à nossa vida política. Daí, segundo eles, a corrupção reinante e o predomínio dos interesses pessoais sobre os nacionais. É preciso, pois, educar. Segundo ainda Gilberto Amado "o dever máximo dos políticos em um país, como o nosso, em que as realidades sociais estão abaixo das instituições, é exercer justamente essa tutela, essa ditadura mental que José Bonifácio quis exercer e não o pôde, infelizmente para o Brasil senão por tão curto prazo" (30).

Observa-se a tônica conservadora também a respeito da política financeira e monetária preconizada. Adotam uma posição ortodoxa e tecem elogios a Murtinho. "Quando as necessidades exigem um sacrifício", comenta Gilberto Amado, "vemos Joaquim Murtinho sobrancear-se à altura dos obstáculos e sob a pressão da gravidade dos deveres que tomou a peito cumprir, realizar a obra que realizou" (31). Nuno Pinheiro é ainda mais explícito. Depois de se referir à atuação de Murtinho, conclui: "A política financeira que conseguir, a despeito dos eternos obstáculos da nossa vida interna, a redução do meio circulante e a criação de saldos orçamentários, — será uma política de salvação nacional e de redenção econômica" (32).

As crises sócio-econômicas da década de vinte vieram, pois, despertar a consciência nacional e levá-la a refletir sobre nossa realidade e sobre os meios de sobre ela atuar. As soluções preconizadas revelam-se, de modo geral, bastante conservadoras em suas preocupações reformistas e regeneradoras. Dir-se-ia mesmo que mais pretendiam restaurar do que inovar. Só depois de 1930 começa a surgir um certo radicalismo que, mesmo então, não conseguiu despojar-se de seu idealismo regenerador.

(28) Gilberto Amado, *op. cit.*, p. 78.

(29) *Ibid.*, p. 76.

(30) *Ibid.*, p. 75.

(31) *Ibid.*, p. 73.

(32) Nuno Pinheiro, «Finanças nacionais», *Ibid.*, p. 125.